

POLÍTICAS DE PESQUISA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT): BUSCANDO NOVOS CENÁRIOS

Egeslaine de Nez

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e

Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

e.denez@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo é uma pesquisa em andamento que tem como objetivo identificar e analisar as políticas e os grupos de pesquisa, buscando integrar a relação entre ensino, pesquisa e extensão. Constitui-se num estudo de caso, que parte de uma pesquisa bibliográfica e análise documental; e posteriormente a ser realizada pesquisa de campo com questionários e entrevistas. A relevância científica deste artigo é a possibilidade de abertura de novas práticas de pesquisa, bem como a necessidade de se criar formas de ampliar as produções científicas no Estado, para a constituição das políticas universitárias para a pesquisa.

Palavras-chave: universidade; políticas educacionais; pesquisa.

INTRODUÇÃO

A sociedade modifica-se rapidamente numa velocidade típica de momentos de crise. Vive-se, em apenas uma geração, transformações profundas que afetam o cotidiano de forma irreversível. O momento atual está marcado por tendências de ordem econômica, cultural e social que geram desafios conflitantes e interferem no destino das nações (PRETTO, 2000). Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo a pertinência da temática elegida, que é ressaltada pela tendência de transnacionalização e seus desdobramentos, entre os quais as políticas públicas educacionais.

A transnacionalização econômica, bem como as propostas pós-modernas de cultura e os movimentos sociais em busca de espaço na sociedade, apesar de colidirem, recorrem à Educação e veem nela um meio para atingir seus objetivos. Dessa forma, como produto, bem ou serviço, a Educação converte-se num alicerce central, não confinada ao espaço escolar, mas ampliada para os processos gerais da formação continuada, eleita como fator estratégico na construção de uma nova sociedade (SILVA e GENTILI, 1996).

É impossível pensar a Educação sem considerar as alterações da base produtiva, nas exigências de reorganização do capital, explicitadas pela constante modernização da estrutura social. Também não há como desconsiderar as contradições que colocam lado a lado a mudança e a permanência, que mascara velhas atitudes, maquiadas pelo velho dogma do mercado (NAGEL *apud* HIDALGO e SILVA, 2001).

Todo esse processo de compreensão da Educação acaba repercutindo na definição de políticas públicas educacionais que constituem, hoje em dia, um dos campos multidisciplinares que mais têm desencadeado o interesse de intelectuais e políticos. No entanto, não se pode ignorar que a toda política está subjacente uma *intencionalidade teórica*

Dessa forma, não se pode isolar fatos e acontecimentos que influenciam na estrutura educacional. É necessário que todos estejam alertas para analisarem adequadamente esta realidade, por meio de práticas reflexivas constantes sobre as políticas públicas educacionais. Esse esforço de compreensão decorre especificamente do espaço escolar, que se revela social e político ao propor a formação de um aluno cidadão. Não se trata apenas de considerar a universidade dentro de uma temática política, mas sim de verificar que a política educacional passa a valorizar e interferir nesse ambiente.

Nesse contexto, encontra-se a universidade brasileira, que tem como princípios o ensino, a pesquisa e a extensão, em uma premissa de indissociabilidade. A definição da correlação entre essas funções acontece a partir das relações que são estabelecidas com as organizações governamentais e com a sociedade civil organizada. Os interesses do Estado (econômico e social), o interesse das comunidades e dos próprios membros da universidade, fazem com que as instituições discutam sobre sua especificidade.

Chauí (2001) confirma isso destacando que “[...] a universidade é uma *instituição social*. Isso significa que ela realiza e exprime, de modo determinado, a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada, e sim, uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada” (p. 35 – grifo do autor). Sendo assim, as políticas internas desta instituição também são determinadas e sofrem influência desta mesma sociedade.

É imprescindível então “uma compreensão unívoca do que venha a ser o objetivo da Universidade, sem o que não poderíamos saber para onde ela caminha e para onde deveria caminhar” (BOTOMÉ, 1996, p. 46). Assim, sua finalidade deveria ser a produção do conhecimento, bem como a sua respectiva acessibilidade, possibilitando à sociedade agir adequadamente quando defrontada com as limitações impostas pela realidade. Em outras palavras, significa dizer: produção e socialização de conhecimentos que subsidiem a melhoria das práticas sociais.

A pesquisa em questão tem por objetivo identificar e analisar as políticas de pesquisa e grupos de pesquisa no contexto da UNEMAT, buscando implementar novas possibilidades na definição de políticas e na prática de produção de ciência, fortalecendo a integração entre ensino, pesquisa e extensão nesta instituição.

1 PESQUISA: REFLEXÕES INICIAIS

A história da universidade brasileira indica que seu surgimento foi proposto, inicialmente, para suprir elementos essenciais à construção nacional que estavam ausentes nas instituições de ensino profissionalizante, tais como a formação de lideranças culturais e de quadros docentes, bem como a realização da investigação científica e da produção cultural (MENEZES, 2000).

Porém, a universidade contemporânea defronta-se com imensas responsabilidades sociais a que não pode atender senão na unidade de sua atuação (ensino, pesquisa e extensão). Conforme Alves (1996) assinala:

Devemos lutar por uma concepção de universidade como instituição dedicada a promover o avanço do saber e do saber fazer; ela deve ser o espaço da invenção, da descoberta, da teoria, de novos processos; dever ser o lugar da pesquisa, buscando novos conhecimentos [...] deve ser o âmbito da socialização do saber, na medida em que divulga conhecimentos (p. 54).

Nessa concepção de universidade é necessária uma estreita relação entre os seus três eixos. Quanto ao papel do ensino, esse não deve se destinar apenas à formação de uma elite, mas à qualificação de profissionais engajados na transformação da sociedade. Formar profissionais não significa apenas instrumentalizar as pessoas de conhecimentos sistematizados com base científica, filosófica e tecnológica. Porque o ensino oferecido pelas universidades, especialmente nos cursos de graduação, é uma das formas mais tradicionais de serviço prestado pelas instituições de educação superior à comunidade, fortalecendo e desenvolvendo o país.

Já a extensão, outra das responsabilidades das Instituições de Educação Superior (IES), deve ser compreendida no sentido de inserção da universidade no contexto social por meio da reflexão e da prática. Botomé (1996), destaca que a extensão deve ser

[...] uma **prática que permeia o ensino e a pesquisa (filosofia de ação da Universidade), não uma outra função**, pois a complexidade da ciência e dos problemas que nos são postos chegou a tal ponto que, qualquer ato relativo à produção de conhecimento, necessariamente precisa localizar-se e inserir-se em situações sociais concretas (p. 02 – grifo do autor).

Assim, pela sua natureza, a extensão é uma forma de democratizar o saber produzido na pesquisa universitária e acumulado ao longo dos anos. Calderón (2007) enfatiza que a democracia na universidade é a superação do individualismo cada vez mais acirrado, buscando-se a excelência do ensino, da pesquisa e da extensão. Esse movimento se baliza na contramão das políticas neoliberais que ressignificam expressões e conceitos e que de alguma forma se contrapõem a muitos movimentos sociais originados nas IES e na sociedade de um modo geral.

A Constituição Federal de 1988, no *caput* do artigo 207, também enfatiza e reconhece a extensão como uma atividade pertinente ao fazer acadêmico, indissociada do ensino e da pesquisa. Dessa forma, não pode ser compreendida como um mero balcão de negócios visando a lucratividade ou então um possível departamento de assistência social dentro da universidade.

A reflexão sobre o papel da extensão ganha importância diante da construção de um sistema universitário pautado pela dimensão pública da Educação Superior, sem deixar de considerar as particularidades da realidade específica de cada instituição (CALDERÓN, 2007). Identifica-se, nesta perspectiva que sem a extensão, enquanto função real da universidade, o ensino funciona precariamente, devido a quase ausência do contexto social no processo de ensino aprendizagem.

Caracteriza-se, então, a importância da extensão universitária como atividade do fazer acadêmico, relacionada ao ensino e a pesquisa. Salienta-se, a responsabilidade social da universidade brasileira com a sociedade por meio da extensão que, ao expandir-se, proporciona a socialização do conhecimento e o compromisso de um mundo melhor para se viver.

A pesquisa, terceiro e não menos importante elemento neste processo, deve ser conceituada como alma geratriz da universidade e um dos instrumentos mais específicos de sua atuação. É caracterizada pelo multidimensionamento de abordagens intercomplementares e pela sua institucionalização para se potenciar os resultados da pesquisa a se articularem de forma qualitativa, bem como a se reformularem continuamente na fundamentação da indissociabilidade com o ensino e com a extensão.

Alves (1996), esclarece que:

[...] a pesquisa científica, a procura dos princípios e mecanismos que conduzam à inovação tecnológica, os estudos literários e as especulações filosóficas, a investigação em todos os domínios da ciência e da cultura são os objetivos primeiros, os postulados da Universidade no mundo contemporâneo (p. 55).

Calderón (2007) complementa ainda que a pesquisa “é um elemento inerente às atividades de ensino; diz respeito ao desenvolvimento de aptidões orientadas à procura do conhecimento, de forma metódica e sistemática” (p. 29). Assim, justifica-se pelos resultados que se tornam públicos e acessíveis para além de suas conseqüências imediatas e pela recepção e retorno que a sociedade dá a essas reflexões.

Nessa perspectiva, a função social da universidade não mais depende apenas de um *status* adquirido ao longo dos anos (de *locus* que daria acesso ao conhecimento sistematizado), mas do livre-intercâmbio de informações, publicações e atividades conjuntas que a renovem continuamente e revitalizem sua atuação. O lugar da pesquisa tem sido, desta forma, redimensionado e refletido continuamente. Seu compromisso não se resume mais exclusivamente, conforme destacava Cunha (2001), apenas ao rigor metodológico, mas passa a ser pressionado pelos valores da sociedade que podem estar regidos muitas vezes, pelo mercado.

É necessária, então, uma política universitária voltada à pesquisa que correlacione o ensino e a extensão neste universo acadêmico. Para Alves (1996): “Isso exigirá, por parte de todos os que produzem a universidade, seriedade profissional, renúncia ao comodismo e aos interesses pessoais e corporativos” (p. 71). Do mesmo modo, demanda também uma práxis que tenha como compromisso realizar o ensino na graduação articulado à pesquisa e à extensão de forma séria e coerente.

Essa práxis é um dos conceitos da indissociabilidade deste tripé da universidade. Konder *apud* Vasconcellos (1999), destacam que não se deve confundí-la com prática ou com trabalho. A práxis depende da ação consciente do sujeito e, por isso, une a interpretação da realidade (teoria) à transformação do mundo (prática e trabalho). Traduz-se na atividade concreta pela qual os sujeitos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformam-se a si mesmos; consubstancia-se na reflexão e no autoquestionamento.

Considera-se, a partir desses indicativos, que a pesquisa é uma atividade voltada para a solução de problemas; como atividade de busca, indagação, investigação e inquirição da realidade. Pode também ser entendida como um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer o contexto educacional universitário.

Assim, por se tratar de uma atividade que permite elaborar um conjunto de conhecimentos, que auxilie na compreensão desta realidade, bem como orientar ações da universidade, é preciso entendê-la como atividade que requer habilidades e conhecimentos específicos, uma vez que o pesquisador, ao propôr seu trabalho, segue um conjunto de pressupostos que orientam a abordagem de sua pesquisa.

Com relação a vinculação entre a atividade de ensino à produção da pesquisa científica, Demo (2001) destaca que o ensino está vinculado com a pesquisa enquanto “princípio educativo”. Isto porque é preciso

[...] discutir hoje o papel da PESQUISA, tanto como princípio científico, quanto como princípio educativo [...] Como regra, não buscamos forjar um pesquisador profissional, mas um PROFISSIONAL PESQUISADOR, ou seja, que sabe usar a pesquisa como expediente permanente de aprendizagem e atualização [...] (p. 145 – grifo do autor).

Neste sentido, a relação entre ensino e pesquisa só pode ocorrer quando quem pesquisa ensina e quem ensina também faz pesquisa. É necessário se frisar esta assertiva, uma vez que existem muitos pesquisadores que mantêm uma postura bem diferente desta em relação à produção do conhecimento e às atividades de docência na universidade.

Há, porém, muitas tensões que dificultam as mediações entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Para Ramos, Afonso e Garcia (2005), existem razões históricas que contribuem para que nas universidades a pesquisa acabe aparecendo como uma das atividades mais importantes, em detrimento das outras (ensino e extensão). Não se pode deixar de considerar que a atividade científica está imersa numa teia de relações, com negociações e disputas, construída na formação de cada pesquisador e que é fruto de uma determinada concepção de conhecimento.

2 CONTEXTUALIZANDO O ESPAÇO DE INVESTIGAÇÃO

A partir das análises apresentadas sobre a pesquisa e seu *lôcus* apropriado nas Instituições de Educação Superior (IES), pretende-se que as mesmas se tornem um ponto de partida aos desafios apontados pela contemporaneidade à universidade. Cumpre trazer à reflexão, nesse momento, o espaço dessa reflexão que é a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), instituída pela Lei Complementar N.º 30/1993, com sede em Cáceres/MT. É uma entidade de direito público, com autonomia didático-científica, administrativa, financeira e disciplinar, denominada Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso, e rege-se pelo Estatuto, Regimento Geral e pelas resoluções de seus Conselhos (ZATTAR, 2008).

Até no ano de 1990, a UNEMAT, na época denominada Fundação Centro de Ensino Superior de Cáceres (FCESC), possuía apenas dois cursos de Licenciatura Plena (Letras e Pedagogia) e dois de Licenciatura Curta (Ciências e Estudos Sociais), ofertados no município de Cáceres. Zattar (2008) indica que com a ampliação do sistema de ensino local e regional, surgem novas escolas de Ensino Fundamental e Médio, indicando a necessidade de contratação de profissionais habilitados para atuarem nas diversas áreas do conhecimento.

Foram criados, posteriormente, outros cursos objetivando atender essa demanda e a instituição tem sua atuação, hoje, voltada para o interior do Estado de Mato Grosso. Dado seu contínuo crescimento, atualmente a UNEMAT conta com oitenta e oito cursos de graduação divididos entre Licenciaturas e Bacharelados, ofertados em onze *campi* e quinze núcleos pedagógicos, caracterizando-se numa universidade multicampi (Disponível em: http://www.unemat.br/index/conteudo.php?id_conteudo=1. Acesso em: 20 out. 2010).

No mês de setembro de 2010, foi realizado em Cáceres, o III Workshop dos Grupos de Pesquisa e da Pós-graduação, teve como objetivo fomentar, fortalecer e integrar as pesquisas desenvolvidas pelos grupos, por meio de uma mostra científica e tecnológica de painéis. Segundo dados apresentados neste evento, a UNEMAT tem cento e quarenta e um doutores, trezentos e trinta e cinco mestres e cento e cinquenta projetos de pesquisa em andamento. Sua política é assegurar aos docentes prioridade à pesquisa, ao ensino e à extensão, de modo a formar ambiente favorável à atividade criadora (Disponível em: <http://www2.unemat.br/prppg/jornada2010/?content=workshop>. Acesso em: 09 set. 2010).

Conta com cinco Mestrados Institucionais (Linguística, Estudos Literários, Ciências Ambientais, Ecologia e Conservação e Educação), quatro Mestrados Interinstitucionais (sendo em Matemática, Ciências da Computação, Engenharia da Produção e Ciências Sociais). Possui também seis Doutorados Interinstitucionais (Linguística, Educação, Engenharia Elétrica, Geografia, Biologia Vegetal e Zootecnia) e um doutorado em cooperação científica em Ecologia (Disponível em: <http://www2.unemat.br/prppg/jornada2010/?content=workshop>. Acesso em: 09 set. 2010).

Conforme indicado por Franco (2009), a Pós-graduação é um dos locais apropriados para a construção do conhecimento científico. Porém, conforme informações apresentadas, a instituição possui poucos Mestrados Institucionais e menos ainda Doutorados para a composição desse espaço de produção. Tem-se, desta forma, muitos Mestrados e Doutorados Interinstitucionais, que contribuem significativamente para a qualificação do quadro de professores, mas não resolvem totalmente o problema da implementação dos grupos nesta instituição.

Vale lembrar que, neste espaço universitário, a pesquisa é caracterizada pela Resolução nº. 085/2007 como:

[...] processo e atividade investigativa e experimental que problematiza, analisa, critica e produz o conhecimento nas múltiplas características filosóficas e epistemológicas, considerando os contextos sócio-cultural, econômico, político, educacional e ambiental, os quais constituem as estruturas, organizações e relações nas complexas sociedades modernas, gerando ciência, tecnologia [...] (CONEPE, 2009a, p. 01).

Mesmo que exista uma resolução que trate como a pesquisa deve ser compreendida na UNEMAT, isso não acontece de forma igualitária, pois nem todos tem a possibilidade de desenvolvê-la (por inúmeros motivos, em sua maior parte institucionais, sejam eles financeiros ou organizacionais). A mesma resolução indica ainda que a pesquisa tem como objetivo:

[...] a crítica, a produção e a socialização do conhecimento filosófico, científico, artístico, tecnológico e cultural, articulando as teorias e as práticas sociais, realimentando o ensino, a extensão e a pesquisa, voltados para a Comunidade acadêmica e à Sociedade, promovendo assim, o seu desenvolvimento (CONEPE, 2009a, p. 01).

Essa resolução tem seu aporte teórico na articulação sugerida por Alves (1996) e Calderón (2007) no tocante à necessidade da indissociabilidade entre as atividades do ensino, da pesquisa e da extensão na construção do conhecimento científico. Isso não poderia ser compreendido de forma diferente, pois pesquisa e ensino são dependentes de perspectivas epistemológicas, isto é, atrelam-se a uma perspectiva de conhecimento. “Neste sentido é importante encontrar soluções para superar as dificuldades que temos vivenciado na utilização da pesquisa, tanto como produção científica quanto como processo de ensino” (CUNHA, 2001, p. 169).

Em outra Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEPE), de número 087/2007, os projetos de pesquisa têm como finalidade “o desenvolvimento científico e tecnológico, realimentando o Ensino, a Pesquisa e a Extensão e respondendo às questões sociais e culturais” (CONEPE, 2009b, p. 01).

Verificando-se o teor dessa última resolução citada, o artigo 2º do Título I, que trata dos projetos de pesquisa, indica que estes “devem estar em consonância com as áreas prioritárias e as linhas de pesquisa da instituição” (2009b, p. 01). É interessante destacar que esse planejamento estratégico da pesquisa, distribuído entre as áreas do conhecimento da universidade, representa um espaço de relevância científica e política que pode ser utilizado, inclusive, para uma reflexão crítica e prospectiva sobre a organização e as práticas de pesquisa da universidade.

Pensar a partir dessa indicação, implica numa análise da organização da pesquisa existente dentro da IES, bem como a possibilidade de se avaliar este processo e, conseqüentemente, se redesenhar cenários de produção do conhecimento. Essa premissa pode ser realizada pelo diálogo, com a finalidade de se criar e gerir um modelo de desenvolvimento da pesquisa, que reflita profundamente nas atividades de ensino e de extensão, buscando a interlocução teórica de Franco (2009), onde a pesquisa como mediação da formação abarca temáticas inovadoras e pertinentes, como a dos processos de socialização na comunidade acadêmica e a dos espaços sociais de convivência de grupos.

Dessa forma, se estabelece a possibilidade de se implementar novos caminhos no que diz respeito às práticas de pesquisa desta instituição voltadas as redes de pesquisa. Também se orienta na viabilidade de se construir mecanismos de regulação, de financiamento e de publicação que contemplem o planejamento, a administração e a avaliação dos processos e dos resultados da produção do conhecimento. Para Chauí (2001), este momento avaliativo é indispensável, pois:

I - *orienta a política para suprir carências, resolver demandas, quebrar bolsões de privilégios e de inoperância;*

II - *torna a universidade portadora de um saber sobre si mesma, que auxilia a sua luta para defender-se para exigir condições materiais de trabalho e para compreender a sua própria história, o seu modo de inserção na sociedade e propor o seu projeto futuro [...] (p. 124 – grifo meu).*

Essa avaliação tem por objetivo transformar-se no fio condutor de discussões futuras acerca dessa temática e de seus desdobramentos, buscando-se consecutivamente uma política de pesquisa coerente com suas condições de produção de conhecimento adequado, conforme proposto por Franco e Morosini (2001) na modalidade de redes acadêmicas, entendidas enquanto conjugação de esforços para o alcance de resultados com qualidade. Nessas redes, são respaldados o respeito ao indivíduo/pesquisador e paralelamente, a construção coletiva.

3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa apresentada fundamenta-se na interlocução com a realidade educacional universitária brasileira e no levantamento de hipóteses que visam esclarecer o processo de realização de atividades de pesquisa, bem como de implementação e de funcionamento dos grupos de pesquisa na UNEMAT. Organiza-se, inicialmente, a partir de uma rede de pressupostos que definem a concepção de universidade e que, por sua vez, permeiam o problema, fazendo com que seja interpretada sob a perspectiva de uma leitura não ingênua, mas crítica das políticas de pesquisa nesta instituição.

Como metodologia de investigação, parte-se de uma concepção de pesquisa que busque a problematização da realidade educacional. Pretende-se, com isso, que as dificuldades aflorem, e que os caminhos para sua superação sejam desvelados, encontrados na partilha das inquietações e angústias que perpassam a realidade educacional matogrossense.

Vale destacar que essa problematização é aqui compreendida como indica Freire (1987), sendo possível apenas em sua dimensão concreta, presente e histórica. Pois resgatar o passado é analisá-lo criticamente em relação dialógica com a situação presente; permite que se revele se poderia ter sido diferente do que foi, e se o presente pode ser diferente do que é, deixando ao futuro a possibilidade de ser mais.

Uma definição pertinente de pesquisa na perspectiva metodológica aqui apresentada é a de diálogo inteligente com a realidade, tomando-o como processo e atitude e como integrante do cotidiano. Freire (1987), ainda destaca que: “O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para *pronunciá-lo*, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu” (p. 78 – grifo do autor). É nesse espaço que se instaura o diálogo como estratégia de descoberta, de guia e de proposição de políticas de pesquisa da UNEMAT.

Os procedimentos metodológicos utilizados para a coleta de dados foram a pesquisa bibliográfica e documental (resoluções internas, bem como documentos pertinentes à produção da pesquisa, e dos grupos existentes na instituição). Também foi feita uma entrevista disparadora de reflexões, com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), para um levantamento inicial nesta primeira etapa.

Num segundo momento, será realizada pesquisa de campo com questionários (estruturados) aplicados aos professores pesquisadores; paralelamente aos questionários, serão providenciadas entrevistas (semi-estruturadas) com os líderes dos grupos de pesquisa nos vários *Campi* da instituição.

A partir da exposição destes pressupostos, pode-se dizer que a reflexão teórica sobre a realidade não é uma reflexão diletante, mas uma reflexão em função da ação para transformar (FRIGOTTO *apud* FAZENDA, 1989). É nesta perspectiva que a política e os grupos de pesquisa precisam ser compreendidos.

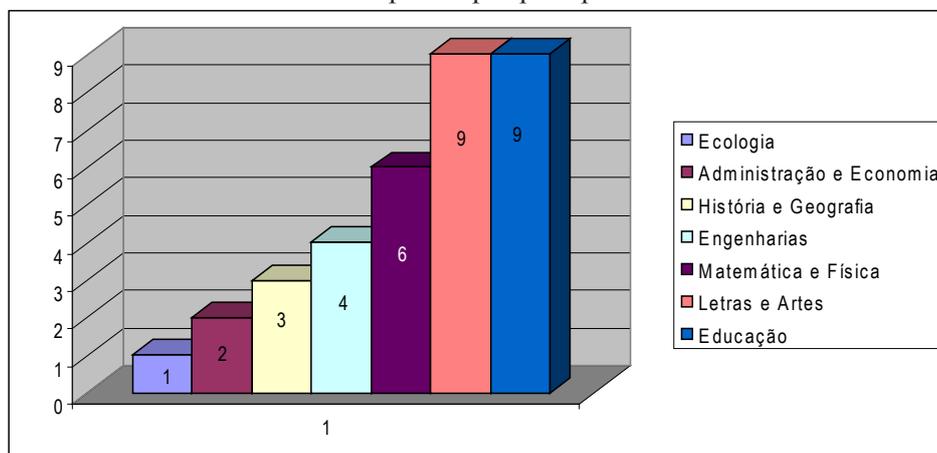
4 RESULTADOS

Enquanto análise parcial dos dados, por meio do levantamento documental pode-se considerar que, na UNEMAT, as Resoluções indicam que o financiamento interno dos Projetos de Pesquisa será oriundo do Fundo Institucional de Desenvolvimento da Pesquisa e da Extensão (FIDPEX). Aqui se apresenta um dos grandes problemas, pois nos últimos três anos a instituição não promoveu nenhuma chamada pública de financiamento. Consecutivamente, não despendeu nenhum auxílio financeiro para o desenvolvimento de qualquer tipo de pesquisa direcionado aos *campi* da instituição.

Zattar (2008), enfatiza que os projetos de pesquisa executados na universidade, hoje, são resultado da participação dos pesquisadores em editais externos de financiamento, tais como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), e também de um dos mais importantes agentes financiadores do Estado, que é a Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de Mato Grosso (FAPEMAT). O III Workshop dos Grupos de Pesquisa e da Pós-Graduação da UNEMAT divulgou que a instituição tem cento e cinquenta projetos de pesquisas em andamento, sendo que oitenta e dois grupos são certificados no CNPq (Disponível em: <http://www2.unemat.br/prppg/jornada2010/?content=workshop>. Acesso em: 20 ago. 2010).

Em consulta ao Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq, apenas trinta e quatro desses projetos estão cadastrados e ativos, com produções sistematizadas e atualizadas das atividades desenvolvidas pelo grupo de pesquisa (Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>. Acesso em: 11 ago. 2010). Os grupos constantes são distribuídos nas áreas indicadas no gráfico a seguir:

Gráfico 1: Grupos de pesquisa por área do conhecimento



Fonte: Adaptado de <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>. Acesso em: 11 ago. 2010.

Destaca-se, a partir da análise desses dados encontrados na Plataforma, que a área com maior predominância de pesquisa na instituição são as Ciências Humanas, sendo que nove grupos cadastrados são da Educação e os outros nove são de Letras e Artes. Vale ressaltar que alguns projetos da área de Ciências Humanas até conseguem ser executados sem nenhum tipo de financiamento, já outras áreas do conhecimento necessitam de recurso para implantação de laboratórios e/ou compra de materiais para o desenvolvimento de pesquisa.

Ainda sobre os agentes financiadores da pesquisa no Estado, é imprescindível informar que a FAPEMAT apresenta edital para áreas específicas (editais induzidos) e aceita propostas em qualquer área do conhecimento nos editais universais, bem como também programas de apoio a núcleos de excelência em pesquisa e inovações nas empresas. Porém, as últimas aprovações enfatizaram apenas as áreas em que o Estado tem interesse em aprofundar estudos, como exemplo, os projetos ambientais e o agronegócio, entre outras (Disponível em: <http://www.fapemat.br/>. Acesso em: 15 set. 2009). Há assim, uma disparidade no financiamento das pesquisas no Estado por este órgão que é um dos mais importantes para a produção da ciência em Mato Grosso.

Observa-se que essa conjuntura acontece porque a universidade brasileira absorve e exprime as idéias e práticas neoliberais hoje dominantes, sendo que algumas temáticas acabam influenciando o espaço acadêmico da pesquisa. Chauí (2001) indica que,

[...] a aceitação do critério de distribuição dos recursos públicos para pesquisa a partir da idéia de “linhas de pesquisa”, critério que faz sentido para as áreas que operam com grandes laboratórios e com grandes equipes de pesquisadores, [...] não faz nenhum sentido nas áreas de humanidades e nos campos de pesquisa teórica fundamental (p. 35 – grifo do autor).

Chauí (1995), ainda provoca uma reflexão quando enfatiza a “aceitação acrítica da privatização da pesquisa (p. 01)”, destacando também que o seu financiamento externo traz perda de autonomia da IES quanto à definição de suas prioridades e contribui para o desprestígio crescente da área das Ciências Humanas, por exemplo.

Ressalta-se que todos os novos pesquisadores da UNEMAT irão buscar futuramente desenvolver suas atividades ancorada à grupos de pesquisa e à projetos institucionalizados. Porém, muitos deles não encontraram ajuda financeira interna, conforme demonstrado pela não perspectiva de aplicação nos últimos anos, da Resolução nº 61/2001, do Conselho Universitário (CONSUNI), que trata do FIDPEX (Disponível em: <http://www.unemat.br/prppg/?link=resolucoes>. Acesso em: 14 ago. 2010).

Portanto, aqui define-se a problemática em questão: considerando o engessamento do processo de construção do conhecimento científico neste espaço acadêmico, a perspectiva se estabelece no sentido da busca de outros cenários para a produção da ciência no Estado de Mato Grosso, e em específico na UNEMAT, que é uma das maiores Instituições de Educação Superior de Mato Grosso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse levantamento bibliográfico realizado com vistas à discussão acerca da pesquisa na universidade, e a tentativa de busca de novos caminhos que impliquem na possibilidade de encaminhamentos que possam melhorar o seu desenvolvimento, indica-se que a universidade encontra-se numa situação emblemática.

Santos (2005) indica uma crise que se divide em três vertentes: crise com ênfase na hegemonia, crise de legitimidade, e crise institucional. A primeira delas é resultado das contradições das funções tradicionais da universidade que lhe foram atribuídas ao longo dos anos. Nesse processo, infelizmente a pesquisa é afetada, pois “ao deixar de ser a única instituição no domínio do ensino superior e na produção da pesquisa, a universidade entrará numa crise de hegemonia (p. 09)”.

Já a segunda crise é provocada pelo fato da universidade ter deixado de ser uma instituição consensual por conta da contradição entre saberes especializados e sua hierarquização, atendendo às exigências sociais e políticas da democratização do saber e da escola e da acessibilidade para todos os interessados na Educação Superior (SANTOS, 2005).

E a terceira e última indicação de Santos (2005), que é a a crise institucional, é compreendida como o resultado “da contradição entre a reivindicação da autonomia na definição de valores e objetivos da universidade” (p. 09) e a escolha das IES a partir dos critérios de eficácia e produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social.

Assim, utilizando as reflexões de Santos (2005) que correspondem à visão de ciência moderna e pós-moderna, é possível analisar os desafios que a universidade tem que enfrentar para acompanhar as exigências da modernidade, isso acaba gerando uma série de conflitos.

Nesse sentido, Cunha (2001) destaca que pensar uma universidade para o futuro é: “[...] refletir e antecipar as possibilidades de organização política e social, entendendo que a academia não é uma ilha de neutralidade mas que, muito antes, suas alternativas serão sempre imbricadas naquelas que podem ser viabilizadas na macro-estrutura sócio-política-econômica do país [...]” (p. 165). É, ainda, compreender a produção do conhecimento que se faz pela pesquisa como decorrente desta condição.

Todo esse processo de crise acaba repercutindo na mercadorização da pesquisa na universidade pública e induz a geração de receitas próprias através de parcerias com o capital privado para suas demandas. Isso prejudica em parte o desenvolvimento da pesquisa no espaço universitário, uma vez que a iniciativa é a privatização que Santos (2005) chama de “comercialização do conhecimento científico” (p. 39).

Desta forma, pensar a universidade sem pesquisa é perder a condição de seu próprio projeto e relegá-la a burocratização institucional, acirrando as suas crises. Muito ao contrário, é preciso uma aproximação com a idéia de que a universidade só sobrevive a essas crises, se for capaz de tomar a pesquisa como ponto de referência para a sua própria renovação.

Franco (2009) destaca que cada gestão ou reitor da universidade, traz contribuições que podem fortalecer e/ou desestruturar a pesquisa, bem como para a qualificação dos quadros de professores e a criação/expansão ou degradação dos grupos de investigação, ou

até a constituição/extinção das redes de pesquisa. Considera-se ainda que “[...] os planos de gestão tendem a se organizar nos eixos de ensino, pesquisa e extensão e de gestão universitária, abarcando os compromissos finalísticos e as condições para concretizá-los” (p. 132).

Outro fator importante a ser considerado neste contexto é que a pesquisa na universidade não se pode restringir apenas ao espaço da Pós-Graduação, muito menos reduzir-se aos processos que tenham por única finalidade galgar posições na carreira universitária. Nesses programas, se vê frequentemente a pesquisa colocada ao final de um plano de estudos que pouco tem a ver com o processo de construção. Faz-se imprescindível estabelecer uma clara e abrangente política de pesquisa que acompanhe, em tempo integral, as práticas de ensino e de extensão universitária. Nagle apud Kourganoff (1990) ressalta que:

[...] é preciso começar a pensar, de forma sistemática e produtiva, nos modos de articulação – nas suas diversas dimensões – entre o ensino e a pesquisa, em lugar de decretar, de forma simplista, que essas duas funções são, por natureza, indissociáveis. Se elas têm de ser associadas, a associação precisa ser construída. Esta é, ainda, uma tarefa que cabe à universidade realizar (p. 09).

Portanto, a universidade torna-se insubstituível, não porque todos deveriam se formar nela, mas porque a presença dela é essencial ao desenvolvimento social, como espaço formativo tanto por sua condição de autonomia de investigação e de ensino, quanto pela universalidade com que conduz o trabalho intelectual.

Assim, as mediações para a pesquisa fazem parte do movimento que concretiza as finalidades da Educação Superior e expressam tanto as políticas da universidade como as políticas públicas educacionais, bem como refletem o contexto de cada Estado. Esse contexto acaba por constituir-se no conjunto de saberes presentes na universidade, inseridas na Graduação, na Pós-Graduação e em especial no desenvolvimento da pesquisa científica.

Um dos pontos captados neste estudo é a estreita vinculação entre as políticas públicas e a existência de espaços concretos de produção do conhecimento, viabilizados pelas políticas institucionais.

Concluindo, considera-se a pesquisa como a investigação de algo que lança a interrogação, que solicita reflexão, crítica e enfrentamento com o instituído, descoberta, invenção e criação. Se por pesquisa entende-se o trabalho do pensamento e da linguagem para pensar e dizer o que ainda não foi pensando e nem dito; se por pesquisa entende-se uma visão compreensiva de totalidades e sínteses abertas que suscitam a interrogação constante e a busca e se por pesquisa entende-se uma ação civilizatória contra a barbárie social e política, é evidente a necessidade de se pensar como implementá-la de forma mais adequada dentro do espaço universitário para a produção do conhecimento.

REFERÊNCIAS:

- ALVES, N. **Formação de professores: pensar e fazer**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
BOTOMÉ, S. P. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária**. Petrópolis: Vozes, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2007.

CALDERÓN, A. I. (coord.) **Educação superior: construindo a extensão universitária nas IES particulares**. São Paulo: Xamã, 2007.

CHAUI, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

_____. **Universidade e sociedade**. Brasília: Andes, 1995.

_____. **Resolução n° 085/2007**. Disponível em: <www.unemat.br>. Acesso em: 01 set. 2009a.

_____. **Resolução N ° 087/2007**. Disponível em: <www.unemat.br>. Acesso em: 01 set. 2009b.

CONSUNI. Conselho Universitário. **Resolução N ° 061/2001**. Disponível em: <www.unemat.br>. Acesso em: 14 ago. 2010.

CUNHA, M. I. Universidade e pesquisa: ensaio do futuro. In: LINHARES, C.; FAZENDA, I. TRINDADE, V. **Os lugares dos sujeitos na pesquisa educacional**. 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001.

DEMO, P. O lugar da extensão. In: FARIA, D. S. (org.) **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FAZENDA, I. **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

FRANCO, M. E. D. P. Universidade pública em busca da excelência: grupos de pesquisa como espaços de produção do conhecimento. In: FRANCO, M. E. D. P.; LONGHI, S. M.; RAMOS, M. G. (orgs.). **Universidade e pesquisa: espaços de produção do conhecimento**. Pelotas: UFPel, 2009.

_____. MOROSINI, M. C. (orgs.) **Redes acadêmicas e produção do conhecimento em educação superior**. Brasília: INEP, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>. Acesso em: 11 ago. 2010.

<http://www.fapemat.br/>. Acesso em: 15 set. 2009.

http://www.unemat.br/index/conteudo.php?id_conteudo=1. Acesso em: 20 out. 2010.

<http://www2.unemat.br/prppg/jornada2010/?content=workshop>. Acesso em: 09 set. 2010.

KOURGANOFF, W. **A face oculta da universidade**. São Paulo: UNESP, 1990.

MENEZES, L. C. **Universidade sitiada: a ameaça da liquidação da universidade brasileira**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

NAGEL, L. H. O estado brasileiro e as políticas educacionais a partir dos anos 80. In: HIDALGO, A. M.; SILVA, I. L. (orgs.) **Educação e estado: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e do Paraná na década de 90**. Londrina: UEL, 2001.

PRETTO, N. L. (org.) **Globalização e educação: mercado de trabalho, tecnologias de comunicação, educação à distância e sociedade planetária**. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2000.

RAMOS, M. G. G.; AFONSO, M. R.; GARCIA, T. E. A universidade e o *ethos* docente: desafios e tensões. In: MOREIRA, J. C.; MELO, E. M. B.; COSTA, F. T. L. **Pedagogia universitária: campo de conhecimento em construção**. Cruz Alta: Unicruz, 2005.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, T. T.; GENTILI, P. (orgs.) **Escola SA: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE, 1996.

VASCONCELLOS, M. M. M. Aspectos pedagógicos e filosóficos da metodologia da problematização. In: BERBEL, N. A. N. (org.) **Metodologia da problematização**. Londrina: UEL, 1999.

ZATTAR, N. B. S. **UNEMAT 30 anos: pelos caminhos de Mato Grosso**. Cáceres: UNEMAT, 2008.